

CNMP confirma direito ao reenquadramento com mais dois padrões

Sisejufe, em maio, foi ao STF, via requerimento administrativo, solicitando tratamento isonômico

Colegiado do Ministério Público da União (CNMP) aprovou por unanimidade, em sessão ordinária de seu plenário, dia 6 de agosto, o direito de seus servidores ao reenquadramento com mais dois padrões, com efeito retroativo à janeiro de 2013. A luta, agora, é pela extensão para todos os trabalhadores de todo o Judiciário Federal.

Página 8



Itaperuna e Macaé recebem Oficinas de Saúde do Sisejufe



Dando segmento a Campanha “Sua Saúde é Nossa Pauta” as Oficinas de Saúde do Sisejufe visitaram os servidores das justiças federais das cidades de Itaperuna e Macaé. Os encontros seguem o calendário das Oficinas para o mês de agosto que, também, aponta para a sua realização nas cidades de Angra dos Reis, dia 9; Petrópolis, 15; e Teresópolis, 27. Em Barra do Piraí e São Pedro D’Aldeia, as datas ainda serão marcadas.

Página 9

Leia Mais

Os perigos e ameaças do processo de Terceirização

O Projeto de Lei 4.330/2004, do deputado Sandro Mabel (PMDB/MG), que regulamentaria a Terceirização no Brasil, foi trocado pelo substitutivo do deputado Roberto Santiago (PSD/SP) e, posteriormente, pelo do deputado Arthur Maia (PMDB/BA), se aprovado trará grandes prejuízos para a classe trabalhadora.

Páginas 4 e 5

Ênfase na campanha salarial 2013 e na pauta emergencial

A pauta emergencial buscou, em primeiro lugar, a antecipação das duas últimas parcelas da GAJ e da Gampu (15,8%), uma reposição conquistada graças à grande greve de várias categorias de servidores públicos federais.

Página 6

Unidade e luta: projeto de Carreira sem divisionismo

Convocada pela diretoria do Sisejufe a categoria judiciária participou de Ato Público na Av. Rio Branco, dia 7 de agosto, e, independentemente de corrente política ou de lados (oposição ou situação), ficou claro que os servidores estão preocupados com o que pode ocorrer no próximo período.

Página 7

“Se há desprestígio do oficial de Justiça, são juízes e Poder Judiciário que perdem força”

Os oficiais de justiça federal do Rio vivem clima de tensão. Ao saírem para cumprir mandados e fazer diligências ficam expostos à violência e temem pelo risco a que são submetidos. O recente sequestro relâmpagos de dois servidores aumentou ainda mais o clima de apreensão.

Página 11

“Não temos administradores no Poder Judiciário Federal”

O preocupação com a qualidade e a eficiência do serviço prestado pelo Poder Judiciário Federal levou a analista judiciária Fernanda Estevão Picorelli, de 44 anos, a mergulhar ainda mais em estudos para que pudesse entender e desenvolver mecanismos que resultassem na excelência do serviço.

Página 12

LATUFF



Sisejufe promove III Encontro Regional Sudeste dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário

O Sisejufe sediará, dias 16 e 17 de agosto o III Encontro Regional Sudeste dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal. O evento que reunirá agentes de segurança vinculados aos tribunais da Região Sudeste, também abrirá espaço para a participação de representantes de outras áreas que estejam interessados no debate.

O encontro tem como orientação principal aprofundar a discussão sobre temas relativos a organização do setor, que são de relevância indiscutível e que visem o reconhecimento das administrações dos tribunais na relevância estratégica da Segurança Institucional no Poder Judiciário e dos agentes como trabalhadores responsáveis pelo cumprimento das ações que garantem a viabilização da política de Segurança.

III ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DOS AGENTES DE SEGURANÇA DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

16 e 17 de agosto de 2013
Auditório do Sisejufe
 (Av. Presidente Vargas, 509/11º andar – Centro/RJ)

Temas:

- Regulamentação do Porte de Arma no Poder Judiciário Federal: resolução conjunta CNJ/CNMP
- Aposentadoria Especial para Agentes de Segurança do Judiciário Federal (MIs e PLP 330/2006)
- Padronização de Procedimentos e rotinas
- Padronização de critérios para treinamentos e cursos de reciclagem anual/capacitação – TAF
- Teste de Aptidão Física (TAF) e manutenção da GAS

O evento traz como temas para o debate a construção de propostas que visem a padronização e a unificação de procedimentos, pelos tribunais,

para atuação na Segurança Institucional, bem como a padronização de procedimentos de capacitação e treinamento dos agentes de Segurança,

também, pelos tribunais.

Aposentadoria Especial para os agentes também será debatida em uma das mesas do evento, assim como a regula-

mentação do Porte de Armas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Outro debate importante é sobre possibilidade de implantação do Teste de Aptidão Física (TAF) pelos tribunais e seus efeitos sobre a manutenção da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS).

Os agentes interessados em participar do III Encontro Regional Sudeste devem solicitar inscrição pelo endereço eletrônico contato@sisejufe.org.br ou para o endereço da assessoria política veramiranda@sisejufe.org.br. Para mais informações sobre o evento, também podem ser colhidas pelo telefone (21) 2215-2443.

Da Redação.

Contraponto

SISEJUFÉ: Filiado à FENAJUFÉ e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

REDAÇÃO: Fortunato Mauro (MTb 20732) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Raquel Carlucho (MTB 14.923)
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Max Leone, Fortunato Mauro, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda. **FOTOGRAFIA:** Acervo Sisejufe

EDIÇÃO: Fortunato Mauro

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em Papel Reciclado. 7,5 mil exemplares.



Depoimento de juiz aposentado favorece servidor do TRT removido irregularmente

Caso Itaguaí Representante revela detalhes do andamento do processo no qual saiu vitorioso

Passados quase dois anos, o “Caso Itaguaí” volta à tona com grandes revelações. Após a União ter sido condenada a pagar, em 2011, indenização ao representante sindical David Cordeiro, servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), do Rio de Janeiro, divulga detalhes sobre o andamento do processo foram revelados

O depoimento que determinou o fechamento do caso foi o do juiz aposentado, ex-titular da 45ª Vara Trabalhista, Ronaldo Becker Lopes de Souza Pinto, onde era lotado o representante sindical antes de ser removido. O juiz afirmou que logo após as supostas ameaças sofridas por David, ele foi chamado à presença do então presidente do Tribunal, desembargador Aloysio Santos, que o teria pressionado a colocar o representante sindical à disposição da Secretaria Geral da Presidência (SGP) do TRT1.

O relato representou a “pá de cal” para condenar a União, revelando que a remoção do servidor seria decorrente de uma perseguição administrativa e que a intervenção do juiz da vara somente teria sido solicitada para camuflá-la. De fato, colocar o servidor à disposição da SGP, por ato do juiz da vara, daria a entender que sua saída do setor em que estava lotado deveu-se a um pedido de seu chefe e não a um pedido do presidente e sua posterior lotação em Itaguaí pareceria um ato regular de transferir alguém que estava então sem lotação.

Antes do depoimento do juiz aposentado, uma gama de provas da ilegalidade da remoção do representante sindical para Itaguaí já havia sido apresentada no decorrer do processo, sendo as principais, as provas testemu-

nhais. Em Audiência de Instrução e Julgamento, que ocorreu em 14 de fevereiro de 2012, o funcionário do Sisejufe Roberto Marins confirmou a ameaça que teria sido desferida contra o servidor pela ex-secretária-geral da Presidência, Yeda Vergara. O servidor do tribunal e diretor do sindicato Willians Faustino de Alvarenga confirmou também ter ouvido do ex-diretor da SGP, Luis Felipe Carrapatoso Peralta da Silva, que a remoção para Itaguaí se deu por um pedido direto da Presidência.

Normas de movimentação quebradas

Na avaliação do representante sindical, a sua remoção punitiva para Itaguaí não foi somente um ato cometido contra ele, mas também contra as normas de movimentação de pessoal do tribunal, então regidas pela Resolução 26/2008. De acordo com a norma, foram criados bancos de movimentação com o registro de servidores que desejam ser removidos e de setores que precisam de pessoal. David Cordeiro explica que a forma de contemplá-los seria o cruzamento das informações. “E havia até critérios claros de desempate caso mais de um servidor almejasse a mesma lotação. E mais: o tribunal seria obrigado a acatar as normas de movimentação, afastando-se toda arbitrariedade. Foi uma norma muito avançada e democrática. O único problema

dos bancos de movimentação é que eles eram secretos. Os inscritos não tinham como saber em que posição se encontravam na lista, nem se os setores almeçados ainda estavam com claros de lotação. E isso facilitava o favorecimento de uns na hora das lotações e o prejuízo a outros, na hora de se praticarem atos ilegais”, considera David Cordeiro.

O representante sindical lembra que logo após a remoção para Itaguaí, com a publicação da portaria, um dos servidores inscritos no banco de movimentação, que tinha interesse justamente naquela lotação, mandou e-mail funcional para ele informando sua condição e desejando uma permuta. Para David, a iniciativa furou o sigilo arbitrário sobre os bancos de dados e ainda forneceu a prova da violação das normas de movimentação.

Dá em diante, David Cordeiro relata que peticionou duas vezes à SGP, juntando cópias do e-mail do colega, pleiteando que a secretaria informasse ao presidente do tribunal sobre a existência de servidores inscritos com interesse naquela lotação. Mas nada foi feito. O servidor ingressou com ação judicial, anulou a remoção e moveu a ação indenizatória.

Possíveis atos de improbidade

Em fevereiro de 2013, foi instaurada nova representação no MPF, desta vez contra quatro autoridades do TRT: a ex-secretária-geral da Presidência, Yeda Vergara, o ex-presidente do TRT1, desembargador Aloysio Santos, o ex-diretor da SGP, Luis Felipe Carrapatoso Peralta da Silva e a chefe da Divisão de Recrutamento e Avaliação (DRAV), Patrícia da Cunha Noa. A representação tratava sobre o possível cometimento de atos de improbidade. “Os dois primeiros pelos fatos já mencionados, os dois últimos por terem, ao menos em tese, auxiliado os dois primeiros, omitindo-se no cumprimento de seus deveres de fiscalizar



Foto de Internet

os Bancos de Movimentação. Ambos tinham conhecimento de pessoas inscritas nos bancos e foram alertados, por duas vezes, sobre o descumprimento das normas e, mesmo assim, não informaram ao presidente sobre o direito dos inscritos. E mais, declararam que assim agiram por que o presidente do tribunal pediu, enquanto que havia norma regulamentar determinando procedimento diverso”, informa David Cordeiro.

Segundo ele, a chefe da DRAV teria ido mais além. Declarando em seu depoimento, na ação indenizatória, que nem sempre as normas eram cumpridas, que, no caso do representante, a situação já fora resolvida pelo presidente e que a DRAV, a SGP e a Presidência eram quem definiam quando e como ocorriam as movimentações, embora houvesse norma regulamentar a respeito.

O representante sindical avalia que, em tese, todos teriam agido

com improbidade administrativa, por ferir os princípios administrativos e causar prejuízo ao erário, no caso, provocar condenação à União, nos termos dos Artigos 10 e 11 da Lei 8.429/1992. Segundo David Cordeiro, o caso encontra-se com o MPF que vai resolver se ingressa com ação de improbidade ou manda arquivar o caso.

“O resultado político disso tudo foi a alteração da norma de movimentação, que agora é a Resolução 58/2012, que revogou a 26/2008. A atual norma é um retrocesso em relação a anterior, pois, apesar de estipular regras, franqueia as movimentações a toda sorte de discricionariedade, mas avançou em um aspecto fundamental e elementar: obrigou o tribunal a divulgar os nomes dos inscritos e os setores que almejam servidores”, avalia David Cordeiro.

Os perigos e ameaças do

Mundo do Trabalho Quarenta e cinco milhões dos trabalhadores podem vir a ser precarizados

O Projeto de Lei 4.330/2004, do deputado Sandro Mabel (PMDB/MG), que regulamentaria a Terceirização no Brasil, foi trocado pelo substitutivo do deputado Roberto Santiago (PSD/SP) e, posteriormente, pelo substitutivo do deputado Arthur Maia (PMDB/BA).

Se aprovado como está, trará grandes prejuízos para a classe trabalhadora e, na prática, se transformará em uma reforma trabalhista que franqueará a Terceirização e a precarização do trabalho no Brasil

Fortunato Mauro*

Segundo análise da Secretaria de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Rio de Janeiro, o projeto não atende as necessidades de garantias e de proteção aos trabalhadores terceirizados, além do que também não garante a igualdade de remuneração,

de direitos e de organização sindical.

Não resolvendo problemas atuais dos mais de 10 milhões de terceirizados no Brasil, o PL poderá trazer para os demais 45 milhões de trabalhadores formais o risco iminente de se tornarem prestadores de serviços eventuais, em condições precarizadas.

Reunião quadripartite

Nos dias 3, 5 e 8 de julho,

em Brasília, aconteceram reuniões da Mesa Quadripartite de discussão do Projeto de Lei 4.330/04. A primeira contou com a participação de representantes das centrais sindicais, dos ministérios do Trabalho, da Previdência Social e do Planejamento, da Secretaria Geral da Presidência da República e da Casa Civil; representantes do patronato das confederações nacionais da Indústria (CNI), do Comércio (CNC), da Agri-

cultura (CNA) e do Sistema Financeiro (Cosif); dos deputados Sandro Mabel (PMDB/GO), Arthur Maia (PMDB/BA), Laércio Oliveira (PR/SE), Assis Melo (PCdoB/RS), Ricardo Berzoini (PT/SP) e do presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal, Décio Lima (PT/SC). A mesa foi coordenada por Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, e Manoel Dias, ministro do Trabalho.

A CUT apresentou pontos que precisavam estar contemplados no PL, tais como o direito à informação prévia; a representação sindical pela categoria preponderante; a responsabilidade solidária entre empresas contratantes e contratadas; a proibição da terceirização na atividade-fim; e a igualdade de direitos, condições de trabalho e salário. Também foi destacada a valorização da mesa como um espaço privilegiado para o aprofundamento do debate visando construir uma regulamentação que dê segurança jurídica e

proteção a todos os envolvidos.

O governo se posicionou como parte interessada na negociação tendo em vista que é um dos maiores contratantes de prestadores de serviços terceirizados por meio das estatais e da Administração Direta. Porém, na última reunião de negociação, solicitou a retirada da regulamentação da Terceirização, na Administração Direta, do projeto, o que, aparentemente não teve acordo com os empresários.

A bancada patronal resistiu acerca da possibilidade de mudanças mais profundas no conteúdo do projeto, insistindo que o papel da Mesa era ouvir as propostas das centrais sobre as questões pontuais no PL. Na última rodada de negociação, insistiram para que o PL fosse levado ao plenário da CCJ no dia 10 de julho, fosse aprovado e que a negociação continuasse durante a tramitação no Senado.

Discussão à mesa

A votação do PL foi adiada do dia 11 de junho, graças à

Contra a Terceirização

Para Marcello Azevedo, secretário de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT/RJ), o Projeto de Lei 4.330/2004, de autoria do deputado e empresário Sandro Mabel (PMDB/GO) “é a maior ameaça que toda a classe trabalhadora já sofreu em toda a sua história”. Segundo ele, o último substitutivo de Arthur Maia (PMDB/BA) “incluiu a possibilidade de terceirização no Serviço Público em todos os níveis (municipal, estadual e federal) e em todas as esferas, seja da Administração Direta e Indireta. Na prática, libera a terceirização em toda a esfera pública sem qualquer restrição, com o que, de imediato, ocorrerá o fim dos concursos públicos, além de um processo

rápido e progressivo de substituição dos atuais servidores por terceirizados”.

Marcello aponta a possibilidade, com a terceirização desenfreada, a perda da distinção entre atividade-fim e atividade-meio, assim como com a organização sindical, dificultando qualquer luta corporativa, seja por reajustes ou para qualquer outro tipo de reivindicação. “Depois de aprovado, o PL vira lei e, com isso, não poderemos achar que estaremos seguros em nossos empregos, sejam eles na iniciativa privada ou na pública. Os negociadores desse processo são, por exemplo, a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) que são os maiores financiados

de campanhas políticas no Brasil. Com gente desse tipo no comando do processo vemos claramente o nível de interesse envolvido. A luta é agora e de todos e todas”, sentencia, Marcello Azevedo.

Questões em análise

Legislação

Trata-se de um projeto de Lei, e se for aprovado faz cair por terra o enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que coloca limites à terceirização. No Enunciado 331 está, por exemplo, a distinção entre “área-meio” e “área-fim” o que impede, em tese, que a terceirização seja estendida a todos os setores das empresas. No substitutivo não existe esta diferenciação, o que, na prática,

permitirá a terceirização de todas as suas funções;

Fiscalização

O substitutivo não prevê nenhum poder de fiscalização do Ministério do Trabalho ou de qualquer outro órgão público ou sindical. A fiscalização deverá ser feita pela empresa contratante sobre a empresa contratada e sobre o cumprimento do contrato. O Ministério do Trabalho será notificado pela empresa contratante sobre o descumprimento da legislação trabalhista pela empresa contratada;

Representação

A proposta é que os terceirizados sejam representados pelo sindicato preponderante da categoria, mas no substitutivo a representação sindical é



do sindicato do ramo de atividade da empresa contratada. O projeto, se aprovado acabará com todas as categorias formais.

processo de Terceirização

mobilização da CUT e demais centrais sindicais e, na reunião do dia 29 de julho, com o governo federal, empresários e parlamentares, em mais uma rodada de negociação, Sérgio Nobre, secretário-geral da CUT, abriu o encontro criticando o retorno à pauta no Senado de outro projeto que também trata do trabalho terceirizado. No dia 17 de julho, o senador Armando Monteiro (PTB/PE), ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), apresentou na Comissão de Constituição e Justiça da Casa, um substitutivo ao PLS 87/10, na mesma linha do PL 4.330/2004, cuja votação foi novamente transferida para o dia 13 de agosto.

Sérgio Nobre destacou que qualquer discussão sobre o tema deverá ocorrer na Mesa Quadripartite. “Precisamos estabelecer o campo em que iremos resolver o debate sobre a terceirização e, para nós, é a mesa de negociação”, afirmou o secretário-geral da CUT.

Nobre afirmou, ainda, que a



central não desistirá do diálogo. Porém, ressaltou que avanços dependem do interesse dos empresários em discutir abertamente. Trabalhadores de sindicatos filiados à CUT cobraram explicações de Arthur Maia na saída da reunião.

CUT orienta mobilização

Para Graça Costa, secretária nacional de Relações do Trabalho da CUT Nacional, “as mobilizações que aconteceram em todo o país mudaram o ritmo

e a dinâmica das discussões dos projetos de interesse da classe trabalhadora no Congresso Nacional. A resolução da Direção Nacional da CUT apontou para a necessidade de intensificarmos a mobilização em torno da nossa pauta, trabalhando de maneira prioritária para derrotarmos o PL 4.330/2004. Neste sentido, é fundamental destacarmos o avanço nas negociações. Entramos na mesa em um patamar elevado de negociação”.

Segundo a dirigente sindi-

cal, foram fundamentais, nesse processo, as mobilizações de bancários e petroleiros no dia 4 de julho; as atividades realizadas nos estados, o destaque do PL na pauta do dia 11 de julho e as visitas aos parlamentares. Para ela, “a vitória do novo adiamento da votação indica uma mudança na correlação de forças em torno da tramitação do projeto”.

O processo de negociação continua e a CUT apresentará propostas de delimitação do

conceito de especialização que garanta limites à terceirização e proteção aos trabalhadores, impedindo o avanço da chamada “precarização”. Para tanto, segundo Graça Costa, “será fundamental a ampliação da mobilização”.

As centrais sindicais criaram hotsite com o propósito de dar ampla divulgação ao debate em curso acerca do projeto e, com isso, estabelecer mais uma forma de combatê-lo - <http://www.combateaprecarizacao.org.br/>.

ção a luta é de todos



e controladas no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. No mesmo projeto também estão incluídos os órgãos de Administração Direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União, por estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios. Na prática, a lei pode estar acabando com o concurso público e permitindo a terceirização em toda a esfera pública;

Garantias trabalhistas

A responsabilidade da empresa contratante continua sendo subsidiária, mas o capital social previsto para o cumprimento de obrigações trabalhistas em caso de falência não é o suficiente

para a cobertura de qualquer passivo trabalhista e tem que ser integralizado pelos sócios da contratada até 30 dias antes do fim do contrato entre a contratante e a contratada. Por exemplo, uma empresa com mais de 5 mil trabalhadores tem que ter o capital de 1 milhão de reais, o que, na prática, não garante nada. O fato é agravado, ainda mais, com a exigência de garantias por parte da empresa contratada de 4% do valor do contrato e sendo limitada a 50% do valor equivalente a um mês de faturamento do contrato em que será prestada a garantia;

Sucessão de empresas na terceirização

O substitutivo permite a contratação do mesmo trabalhador

por sucessivas empresas para continuar exercendo o mesmo trabalho no mesmo local e, pior ainda, coloca que é da responsabilidade da nova empresa contratada a concessão das férias pendentes da contratada anterior, ou seja, os trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas com certeza serão pressionados a abrir mão desse direito para conseguir manter o seu emprego;

Isonomia entre trabalhadores primarizados e terceirizados

Não existe nenhuma previsão de qualquer isonomia em qualquer aspecto entre os terceirizados e os primarizados (contratados diretamente pela empresa contratante). No substitutivo está claro que as condições de trabalho estão ex-

plicitas na Convenção Coletiva dos funcionários do ramo de atividade da empresa contratada, exclusivamente;

Pessoas físicas e jurídicas

O substitutivo coloca a possibilidade de que contratações de empresas podem ser feitas por pessoas físicas e jurídicas, ou seja, na prática podem estar retornando com força a ideia de que Pessoa Física vira Pessoa Jurídica. Ou seja, a famosa Emenda 3, na qual os trabalhadores são obrigados a virar “empresas” para prestar serviços. É admitida, inclusive, a possibilidade de empresas sem trabalhadores.

Serviço Público

O substitutivo inclui, além da iniciativa privada, as sociedades de economia mista assim como suas fundações públicas

Ênfase na campanha salarial 2013 e na pauta emergencial

Sindical Servidores lutam pela antecipação de GAJ e Gampu

Foto: Raquel Carlucho

Max Leone e
Raquel Carlucho*

A direção da Fenajufe reuniu-se em Brasília para definir o planejamento inicial de sua nova gestão. O encontro, ocorrido nos dias 29 e 30 de junho, fez uma avaliação da conjuntura política nacional e enumerou as principais ações administrativas e políticas a serem efetivadas pela federação. Ficou estabelecida uma pauta emergencial de reivindicações que foi enviada aos tribunais superiores e ao Ministério Público da União (MPU), destacando a necessidade de inclusão, no Orçamento da União, a antecipação das parcelas da GAJ e Gampu.

O pagamento antecipado das parcelas é uma reivindicação emergencial também constante da pauta das demais entidades de servidores públicos federais, que ratificaram a posição na última reunião do Fórum Nacional de Entidades dos SPFs, mas deixando claro que é sem prejuízo da reivindicação econômica global.

A orientação da Fenajufe foi para que os sindicatos percorresse os locais de trabalho e realizassem atos no dia 7 de agosto nos estados, com assembleias para deliberação sobre o indicativo de Ato Nacional no dia 14 de agosto, em Brasília. Ainda no dia 7, os sindicatos deveriam enviar informes para a Fenajufe com a avaliação dos atos e os resultados das assembleias por estados, informando se a categoria é favorável ao Ato Nacional e qual a quantidade de pessoas dispostas a ir a Brasília neste dia 14 de agosto.

A pauta emergencial buscou, em primeiro lugar, a antecipação das duas últimas parcelas da GAJ e da Gampu (15,8%), uma reposição conquistada graças à grande greve de várias categorias de servidores públicos



Mobilização dos servidores públicos faz governo recuar com ideia de reajuste zero em 20 de março de 2013

federais que obrigou o governo a recuar na ideia de que 2013 seria novamente ano de reajuste zero, como vinha acontecendo desde 2006.

Confira os demais pontos da pauta emergencial:

- 1–Trabalhar para a constituição de comissão interdisciplinar no Supremo Tribunal Federal (STF) e na Procuradoria Geral da República (PGR) para discutir o plano de carreira dos servidores do Judiciário Federal e MPU;
- 2– Atuar pela reativação dos projetos de Lei 319/2007 (que altera a denominação “Carreiras Judiciárias” para “Carreira Judiciária” dos servidores do Judiciário da União, que será constituída dos cargos efetivos de analista, técnico e auxiliar judiciário); 6.613/2009 (que denomina o Oficial de Justiça Avaliador da União; altera a denominação da Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ - para Gratificação Judiciária; extingue a possibilidade de opção pela remuneração do cargo efetivo para os servidores no exercício de funções comissionadas; limita o maior vencimento básico da

A pauta emergencial buscou, em primeiro lugar, a antecipação das duas últimas parcelas da GAJ e da Gampu (15,8%), uma reposição conquistada graças à grande greve de várias categorias de servidores públicos federais

- categoria a 75% do subsídio de juiz federal substituto; enquadra os servidores da categoria de auxiliar operacional de serviços diversos e confere fé pública às carteiras de identidade funcional dos órgãos do Poder Judiciário); e 6.697/2009 (que proíbe contratação recíproca entre membros e servidores do Ministério Público com órgãos públicos da Administração Direta e Indireta da União, estados, distrito federal e municípios; reorganiza os anexos de especificação e valores dos cargos e funções comissionadas do MPU e concede fé pública às carteiras de identidade funcional);
- 3– Atuar para corrigir os prejuízos nos padrões e o reenquadramento;
- 4– Trabalhar pelo o aumento dos

- valores repassados para a saúde;
- 5– Garantir o pagamento dos passivos;
- 6– Atuar contra o PLP 92/2007, de autoria da Presidência da República, que regulamenta o inciso XIX do Artigo 37 da Constituição Federal, parte final, para definir as áreas de atuação de fundações instituídas pelo Poder Público;
- 7– Lutar contra o assédio moral;
- 8– Lutar pela regulamentação da Convenção 151 (Negociação Coletiva), mas separar do debate sobre direito de greve que está sendo imposto pelo governo;
- 9– Pelo direito de greve no Serviço Público;
- 10– Participar como “amicus curiae” (intervenção assistencial em processos de controle de

- constitucionalidade por parte de entidades que tenham representatividade adequada para se manifestar nos autos sobre questão de direito pertinente à controvérsia constitucional) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) pela anulação da Reforma da Previdência, que está sendo impetrada pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe);
- 11– Continuar a luta conjunta com as demais categorias do serviço público pela garantia da data-base.

*Da Redação.

Unidade e luta: projeto de Carreira sem divisionismo

Sindical Categoria no Rio se mobiliza e participa de ato no dia 7 de agosto de 2013

Foto: Raquel Carlucho

Raquel Carlucho*

Convocada pela diretoria do Sisejufe a categoria judiciária participou de Ato Público na Av. Rio Branco, dia 7 de agosto, e, independentemente de corrente política ou de lados (oposição ou situação), ficou claro que os servidores estão preocupados com o que pode ocorrer no próximo período devido aos argumentos utilizados pelo governo quando questionado acerca da Carreira dos servidores na greve de 2008.

De acordo com o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano, na época o Supremo Tribunal Federal (STF) negociava Carreira ou tabela e, por ampla maioria, os servidores aprovaram a discussão da tabela.

O sindicalista acredita que a Plenária Extraordinária da Fenajufe nos dias 23 a 25 de agosto, em Brasília, definirá o rumo do movimento para os próximos anos. Segundo ele, a antecipação das parcelas do que resta dos 15,8% de 2015 para 2014 deverá ser apresentada por uma Emenda Parlamentar.

Além desse ponto da pauta,

ainda há a discussão para votação da PEC 555, que acaba com o desconto previdenciário para servidores aposentados. Junto com isso, há a retomada do PL 319/2007, que também concede 5% de Adicional de Qualificação (AQ) para técnicos de nível superior. Roberto Ponciano aponta, ainda, que é preciso unidade na luta contra o PL 4330/2004, que trata do processo de Terceirização: “A categoria deve lutar para que esse PL não seja aprovado e a federação e o Sisejufe deverão encampar essa campanha também”.

Momento crucial e promissor

Para Valter Nogueira, diretor presidente do Sisejufe, “estamos em um momento promissor para a categoria. Existem dois pontos cruciais de desafio em nossa carreira: o primeiro deles é que a Federação dos Servidores Estaduais do Rio de Janeiro tem a intenção de criar um Estatuto pela Isonomia Salarial com os servidores das justiças federais. A Lei 8.112/1990 deverá ser mantida e a categoria deve ser regida por ela. O outro é o que



Conjuntura atual aponta para unidade da categoria na luta

Supremo Tribunal Federal (STF) tem o intuito de estabelecer um Plano de Carreira Exclusiva através de um abaixo-assinado aos servidores, diferenciando ‘técnicos’ de ‘analistas’ e outros setores, o será um retrocesso na história inscrita pela categoria ao longo dos últimos 10 anos e é uma forma de apenas o governo ganhar com a sua divisão”.

Segundo Valter Nogueira, além desses pontos, os servidores dos

tribunais eleitorais reivindicam a criação de uma gratificação por atividades eleitorais (a Grael), o que, para ele, é desnecessário, apontando que não se devem diferenciar os servidores, “pois estão em todo país e em todas as instâncias do Poder Judiciário”. Valter também opina que a tarefa “é por uma solução que atenda a todos, em todos os ramos, órgãos e estados”.

Para o diretor presidente do

Sisejufe, “a hora é de unificar forças independentemente de correntes políticas e buscar aprimorar estratégias para vencer a luta dos próximos anos através de greves ou não, já que o governo, em suas contenções de despesas, sempre corta gastos com o funcionalismo público, além de não oferecer uma data base. É hora de unidade”.

*Da Redação.

Rio elege delegação para 18ª Plenária Extraordinária da Fenajufe

Max Leone*

Os servidores do Judiciário Federal do Rio elegeram na quarta-feira, 31 de julho, a delegação que representará a categoria judiciária do estado na 18ª Plenária Extraordinária da Fenajufe, marcada para os dias 23, 24 e 25 de agosto, em Brasília. O encontro definirá o plano de lutas para os próximos meses. Duas chapas disputaram as 11 vagas de delegados a que o Sisejufe tem direito de levar para a plenária. A composição da delegação foi feita com base no método da proporcionalidade, obtendo a “Chapa 1 - Mais Sisejufe” 47 votos, enquanto que a “Chapa 2 - Luta Sisejufe” conseguiu 60 votos. Assim,

de acordo com os critérios, a Chapa 1 teve direito a cinco e a Chapa 2, seis delegados. Foram 188 servidores participantes e que assinaram a lista de presença da assembleia, que ocorreu em frente à sede da Justiça Federal, na avenida Rio Branco.

“A avaliação da direção da Fenajufe é que a queda de popularidade do governo federal aliada à repercussão das manifestações das ruas vão ajudar na pressão para que seja apresentada uma emenda parlamentar que garanta a antecipação das parcelas”, explica Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe e da Fenajufe.

A plenária em Brasília também deve avaliar a repercussão do Ato Nacional apontado para o dia 14 de agosto, na capital federal. Fazem

parte ainda da pauta emergencial da Fenajufe, a discussão para votação da PEC 555, que acaba com o desconto previdenciário para servidores aposentados.

Jornada de seis horas

No fim da assembleia, Valter Nogueira deu informou sobre o andamento dos requerimentos administrativos de adoção de jornada de 6 horas nos tribunais no Rio.

Segundo o dirigente, o TRT e o TRF indeferiram o pedido do sindicato, que interpôs recursos aos plenários dos dois tribunais. No TRE, o Sisejufe ainda aguarda uma resposta. Valter lembrou que pelo menos sete tribunais regionais eleitorais, em todo o país, já adotam as seis horas como jornada de trabalho.

Delegados do Sisejufe para a Plenária em Brasília

Delegados da Chapa 1 – Mais Sisejufe:

Valter Nogueira Alves, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Mariana Ornelas de A. G. Líria, Ricardo de Azevedo Soares, e Ricardo Loureiro Pinto.

Suplentes da Chapa 1 – Mais Sisejufe:

Adriana Aparecida Pereira Tangerino, Carlos Eduardo Lemos Nani, Wallace Nascimento da Silva, Adriano Nunes dos Santos, Joel Lima de Farias, Mario Cesar Pacheco Dias Gonçalves, Alberto Carlos Osório Dias, e Marcelo Matos Ventura Guimarães;

Delegados da Chapa 2 – Luta Sisejufe:

Delegados da Chapa 2 – Luta Sisejufe:

Acácio Henrique Aguiar, Leandro Adena Amorim, Marcos Valério Lemos Raposo, Gustavo Cezar Costa Mendes Franco, Luís Carlos de Freitas, e Vinícius Vasconcellos do Poco;

Suplentes da Chapa 2 – Luta Sisejufe:

José Roberto de Moraes Junior, Elysangela Benincá, Jairo Moura da Silva, Paulo Alberto Gurjão de Oliveira, Leonardo Couto Chueri, Marcos José Motta, Sergio da Silva Feitosa, e Jorge Guilherme de Souza;

Delegado pela Direção do Sisejufe:

Dulavim de Oliveira Lima Junior.

CNMP confirma direito ao reenquadramento

Sindical Sisejufe, em maio, foi ao STF, via requerimento administrativo, solicitando tratamento isonômico

Os servidores do Ministério Público da União (MPU) conquistaram, na terça-feira, dia 6 de agosto, o direito ao reenquadramento com mais dois padrões. A vitória aconteceu na 12ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que aprovou, por unanimidade, o Procedimento de Controle Administrativo (PCA) estendendo a decisão do próprio Conselho que havia concedido aos seus servidores o mesmo tipo de reenquadramento.

Em conversa com a relatora do PCA, conselheira Maria Ester Henriques Tavares, o coordenador da Fenajufe, Cleo Vieira, in-

sistiu que seria importante julgar a matéria, antes da mudança na composição do CNMP, que deve acontecer em meados deste mês. Ela acatou a solicitação, mas o conselheiro Mario Luiz Bonsaglia pediu vista, o que inviabilizaria a imediata votação. Porém, novamente com a atuação da categoria, Bonsaglia voltou atrás e, após o intervalo do almoço, devolveu o processo à pauta e houve o julgamento favorável aos servidores de forma unânime.

Agora o reenquadramento com mais dois padrões ainda dependerá de disponibilidade orçamentária, o que deixará os servidores à espera de autorização do procurador-geral da

República para que o pagamento seja efetuado. Por isso a Fenajufe continuará acompanhando de perto a questão, até que aconteça a autorização para a efetivação do pagamento.

Na avaliação de Cleo Vieira, “as três votações que ocorreram no CNMP firmam o entendi-

mento do reenquadramento com dois padrões”. Após essa conquista dos servidores do MPU, Cleo destaca que “agora devemos continuar trabalhando para estender esta vitória aos servidores do Judiciário”.

O reenquadramento, que tem efeitos retroativos a 1º de janeiro

de 2013, pode ser traduzido em um reajuste de até 6% para os servidores do CNMP e é extensivo aos que, por meio do último concurso de remoção, foram para o Ministério Público da União (MPU).

Da Redação.

Sisejufe foi ao STF para obter correção do reenquadramento

O Sisejufe apresentou requerimento administrativo ao Supremo Tribunal Federal (STF), em maio, para que os servidores filiados recebessem tratamento isonômico com os servidores do Ministério

Público da União (MPU) no que diz respeito à regulamentação da Lei 12.774, de 2012.

A decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no PCA 423/2013-52, atendeu proposta de

reenquadramento elaborada pelos servidores, confirmada dia 6 de agosto, deve, para que evite ilegalidades e injustiças, ser ampliada, também, aos do Poder Judiciário Federal.

CSJT resolverá a questão dos auxiliares judiciários

Na questão do reenquadramento dos auxiliares judiciários, proposto no Projeto de Lei 6.613/2009 e na Lei 12.774/2012, a justificativa da norma afirma que se trata de uma garantia aos ocupantes das classes A e B da categoria de auxiliar operacional de serviços diversos (AOSD) os enquadramentos efetuados desde a Lei 9.421/1996, com base no Artigo 15 da Lei nº 8.460/1992. A proposta atende a situação específica da Justiça do Trabalho e resolve as pendências de vários de seus tribunais regionais (TRT) junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

O Sisejufe, em abril passado solicitou informações aos tribunais do Rio no intuito de aferir a situação funcional dos servidores que ocupavam as classes “A” e “B” do segmento de AOSD. Resultado disso foi a constatação de que no Rio, apenas no TRT não há nenhum servidor nessa condição, uma vez que todos os que existiam já foram enquadrados como técnicos judiciários.

Em 25 de julho a Direção da Fenajufe, na pessoa de sua coordena-

dora-geral Mara Weber, esteve no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para tratar do processo CSJT/AN/4341-93.2013.5.90.0000, que versa sobre a regra prevista no Artigo 3º da Lei nº 12.774, de 28 de dezembro de 2012, no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Graus (reenquadramento dos auxiliares judiciários). Na oportunidade a diretora da Fenajufe foi recebida pelo juiz Orlando Tadeu de Alcântara, secretário-geral do CSJT, que informou estar o processo no Gabinete do ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga e concedeu cópia da minuta da resolução (vide ao lado).

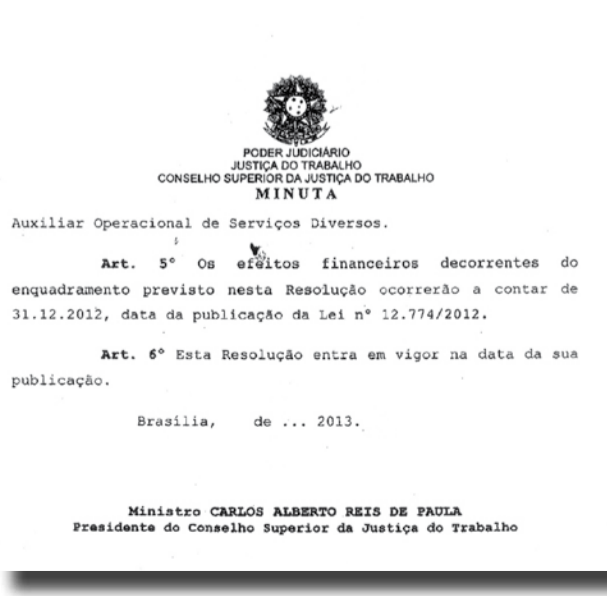
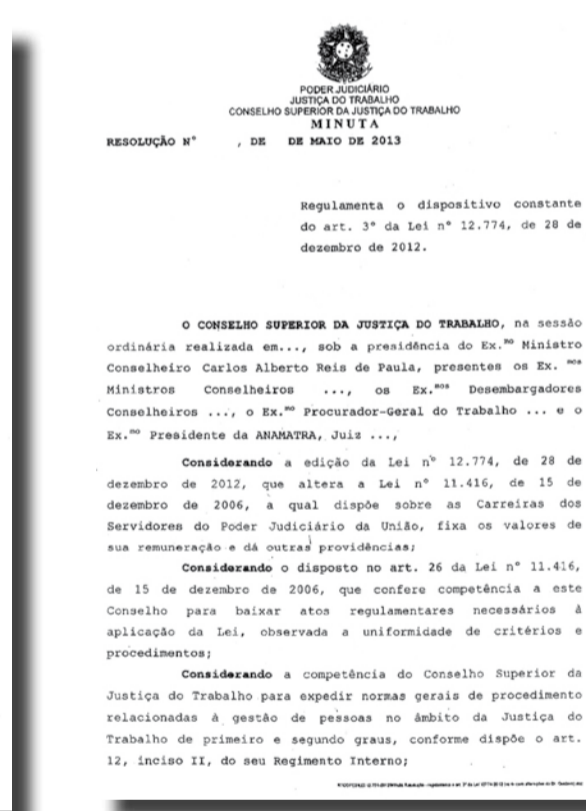
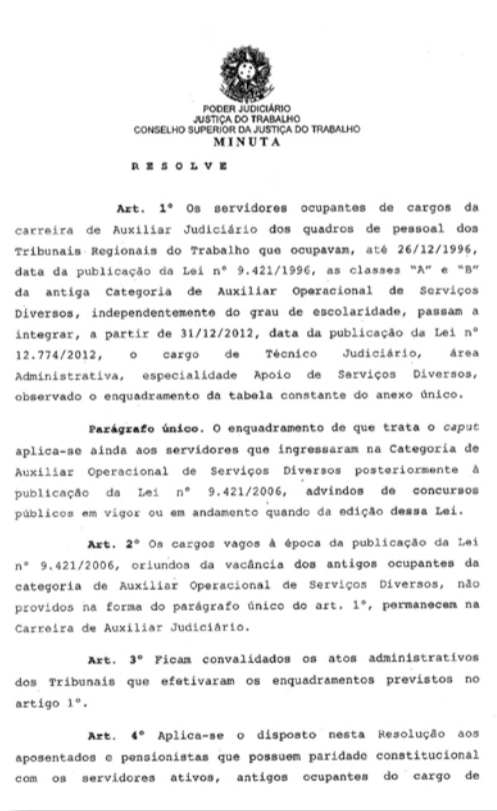
Em seguida Mara Weber seguiu para o Gabinete do relator da matéria para ter mais informações sobre a tramitação e, por fim, uma reunião foi agendada com o ministro para o dia 5 de agosto.

Reunião com relator

Continuando com o acompanhamento do processo no âmbito da Justiça do Trabalho, a Fenajufe, por seus coordenadores Cleo Vieira e Jacqueline Albuquerque, esteve novamente no CSJT, na segunda, dia 5

de agosto. Os representantes da Fenajufe foram recebidos pelo relator do processo, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, que disse estar tomando todas as providências para incluir o reenquadramento do cargo de auxiliar judiciário na pauta da próxima sessão do CSJT, marcada para o dia 30 de agosto.

É importante ressaltar que o que for decidido no CSJT será extensivo para todos os ramos do Judiciário Federal



Itaperuna e Macaé recebem Oficinas de Saúde do Sisejufe

Saúde Trabalhadores aprovam a iniciativa das Oficinas de Saúde

Dando segmento a Campanha “Sua Saúde é Nossa Pauta” as Oficinas de Saúde do Sisejufe visitaram os servidores das justiças federais das cidades de Itaperuna e Macaé. Os encontros seguem o calendário das Oficinas para o mês de agosto que, também, aponta para a sua realização nas cidades de Angra dos Reis, dia 9; Petrópolis, 15; e Teresópolis, 27. Em Barra do Pirai e São Pedro D’Aldeia, as datas ainda serão marcadas.

Itaperuna abre o ciclo de Oficinas no TRT

Em Itaperuna os servidores da Vara do Trabalho experimentaram as práticas da Medicina Tradicional Chinesa (MTC) com o fisioterapeuta do Sisejufe, Antônio Carlos. Para os servidores, a atuação do Sisejufe responde aos anseios dos que estão lotados no interior e não encontram tal serviço por parte do Tribunal

Regional do Trabalho (TRT) e também se queixam da ausência de profissionais na cidade.

A expectativa, agora, é pelo retorno do atendimento de forma periódica, em breve. O Departamento de Saúde do Sisejufe está agendando o retorno para Itaperuna com a Oficina de Arteterapia.

Fotos: Anderson Paixão



Na Justiça Federal, Oficina de Arteterapia



Já na Subseção da Justiça Federal de Itaperuna a Oficina foi realizada com a psicóloga Carolina Nani, especialista

em Arteterapia.

Os servidores participaram de uma vivência de grupo para trabalharem a pausa como

espaço de conhecimento e reflexão das suas necessidades interiores, para manutenção da qualidade de vida.

Servidores de Macaé aprovam as Oficinas de Saúde



No dia 6 de agosto os servidores da Subseção da Justiça Federal de Macaé participaram das Oficinas experimentando as técnicas de manipulação vertebral, acupuntura, quiropraxia, entre outros. A receptividade e o grau de adesão confirmam, mais uma, vez o acerto do Programa de Saúde do Sisejufe e a necessidade do caráter permanente das Oficinas de Saúde. [Da Redação]



Sisejufe entrega proposta de Plano de Segurança ao TRF2

Categoria Sindicato solicita participação na Comissão Permanente de Segurança

Raquel Carlucho*

O diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira, juntamente com os oficiais de Justiça Marcos André e Márcio Cotta, coordenador do Núcleo de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Nojaf) do sindicato, estiveram reunidos na tarde de 7 de agosto com o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), desembargador federal Sérgio Schwaitzer, com quem discutiram assuntos de interesse da categoria. Na oportunidade foram apresentadas questões sobre a estruturação da Política de Segurança no âmbito do TRF2, porte de arma para os agentes de Segurança, o episódio do sequestro relâmpago de oficiais de Justiça no Rio, além da lotação de oficiais em novas varas federais e a licença para exercício de mandato classista de dirigentes sindicais.

Valter Nogueira solicitou ao presidente do TRF2 a participação do sindicato na Comissão Permanente de Segurança, uma vez que a Resolução 104/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) prevê a inclusão das entidades de classe nessas comissões. Valter Nogueira informou que requerimento de participação do sindicato será encaminhado ao TRF2. O desembargador respondeu que a comissão poderá analisar o pedido.

Durante a reunião, o presidente do Sisejufe entregou uma proposta de Plano de Segurança para que seja implementada no TRF2. Valter Nogueira salientou, ainda, que cerca de 40 servidores estão devidamente treinados, conforme as exigências da Lei e do Regulamento para portarem armas.

Quanto a liberação sindical do diretor Edson Mouta Vasconcelos, o presidente do TRF2 informou que está em andamento e assim que obtiver resposta,



Diretoria aponta problemas da categoria e soluções na reunião com o presidente do TRF2, desembargador federal Sérgio Schwaitzer

encaminhará o resultado ao sindicato.

Acessibilidade: retomar discussões

A questão sobre a Recomendação 27 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que discute sobre Acessibilidade e Deficiência, Valter Nogueira relatou que, embora haja essas condições tanto no TRF2 quanto na 1ª Instância, nunca houve reunião de trabalho com esse pessoal para tratar dos assuntos a eles inerentes. “Então estamos trazendo um pedido dos servidores com deficiência, para que os mesmos sejam chamados para discutir seus problemas funcionais”, destacou o presidente do Sisejufe.

Valter lembrou ainda que no TRF2 não tem nenhum servidor com deficiência trabalhando e solicitou que o Tribunal adote a obrigatoriedade de preencher as vagas para pessoas com deficiência em seus quadros.

O dirigente informou que os servidores já participaram de duas reuniões com o juiz Marcelo Leonardo Tavares, ex-diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) e o desembargador respondeu que seja encaminhado um documento com o levantamento do que já

foi discutido para a retomada das comissões.

Área de Informática no interior

Outra reivindicação apresentada na reunião foi do pessoal da Informática da Justiça Federal do interior. Eles solicitam que pelo menos um servidor dessa área seja lotado em cada Comarca da Justiça Federal no interior do estado. Valter Nogueira informou que existe uma carência inclusive na capital e também que tem um projeto tramitando acerca da questão.

O desembargador informou que não tem como disponibilizar mais pessoal de Informática devido à assistência remota que já é executada no próprio Tribunal. Porque essa questão é decidida pelo diretor do foro.

Oficiais de Justiça

Questão importante, também, tratada na reunião foi a dos oficiais de Justiça. Os participantes relataram o clima de insegurança que esse segmento vive após o sequestro relâmpago de dois colegas de trabalho e que gerou urgência de levantar os problemas da segurança do trabalho dos oficiais. Segundo Márcio Cotta, coordenador do Nojaf/Sisejufe, existem, atualmente, pontos

específicos a serem abordados. “A princípio, parece que existe a ideia da Administração de que houve diminuição de trabalho após a implantação do Processo Eletrônico. O que houve, na verdade, foi uma diminuição dos mandados para órgãos públicos que não geravam volume de trabalho, como o deslocamento e a dedicação. Mas o trabalho aumentou devido aos mandados que não existiam, como a verificação de condição social e econômica; ocorrências que geram riscos como busca e apreensão, menores infratores, busca de veículos financiados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e reintegração de posse, que antes eram menores”, explicou o coordenador do Nojaf.

Cotta relatou que diminuam as ocorrências de órgãos públicos e aumentaram os mandados, o que não possibilita que os oficiais preparem-se: fazer o reconhecimento da área na qual atuará e avaliar as necessidades no caso de uma reintegração de posse. Ele afirmou que esse é um pilar dos problemas de segurança dos oficiais de Justiça. Também apontou que há necessidade de nomeação de novos oficiais, tendo em vista que diminui o número de servi-

dores. Os oficiais questionaram ainda a criação de novas varas no interior sem a presença de oficiais para nelas atuarem.

O coordenador do Nojaf solicitou a Administração que os cursos realizados para os agentes de segurança tais como técnica de direção defensiva e de defesa pessoal sejam estendidos aos oficiais de Justiça.

Além disso, Cotta, solicitou, ainda, que os agentes de Segurança acompanhem os oficiais de Justiça em diligências com carros oficiais, pelo menos no cumprimento de diligências noturnas. “Essa iniciativa traria maior sensação de segurança”, observou Cotta, complementando que os pedidos de urgência nas diligências deveriam ser melhor avaliados.

Segundo Cotta, “os mandados de plantão têm o intuito de desqualificar a urgência, pois tem vara que coloca urgência em tudo, dificultando assim o trabalho. Esse filtro não está adequado e os oficiais afirmam isso”.

O desembargador disse que essa questão só poderá ser discutida junto com a Corregedoria.

*Da Redação.

“Se há desprestígio do oficial de Justiça, são juízes e Poder Judiciário que perdem força”

Categoria “Ser oficial de Justiça vale à pena se a pessoa tem aptidão para a atividade”

Max Leone*

Foto de Internet



Os oficiais de justiça federal do Rio vivem clima de tensão. Ao saírem para cumprir mandados e fazer diligências ficam expostos à violência e temem pelo risco a que são submetidos. O recente sequestro relâmpagos de dois servidores aumentou ainda mais o clima de apreensão.

No dia 7 de agosto, Márcio Cotta, coordenador do Núcleo de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Nojaf) do Sisejufe e representante sindical de base, participou, junto com o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, e o diretor do sindicato Marco André Pereira, de reunião com o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), desembargador federal Sérgio Schwaitzer, na qual discutiram assuntos de interesse dos oficiais. Cotta questionou o presidente acerca da falta de segurança quando os oficiais precisam cumprir mandados de busca e apreensão. Reivindicou que, no caso de reintegração de posse, os oficiais sejam acompanhados por órgãos de segurança. Ele solicitou, também, que o presidente do TRF2, no mínimo, reveja os horários noturnos porque o que em está logo é a vida dos oficiais.

Márcio Cotta defendeu que os cumprimentos de busca e apreensão devem ser feitos em carros oficiais dando assim maior agilidade e proteção à equipe. “Mesmo recebendo adicional de risco, a vida não tem preço”, afirmou o coordenador do Nojaf/Sisejufe.

Em entrevista ao *Contraponto*, o coordenador do Nojaf critica a postura da Administração que parece ignorar o risco da atividade. Ele explica que, no campo jurídico “lutamos pela aposentadoria especial que seria um reconhecimento definitivo do risco que envolve a nossa atividade”. Segundo Cotta, se há desprestígio do oficial de justiça “são juízes e Poder Judiciário que perdem força”. O

coordenador comenta sobre o estresse e as doenças relacionadas à atividade, assim como os casos comuns de depressão e síndrome do pânico, avaliando que é preciso ter bom senso na elaboração da Ordem Judicial e construir parceria entre magistrados e servidores de Cartório.

Contraponto – Os oficiais de Justiça do Rio vivem em clima de tensão devido aos acontecimentos recentes e passados. Como está a situação?

Márcio Cotta – Esse sequestro relâmpago apenas vem confirmar o sentimento que já existia entre os oficiais. Há sempre um temor no cumprimento dos mandados, a violência urbana gera o medo. Estamos expostos, também, quando vamos ou voltamos de uma diligência. Circular por áreas desconhecidas muito cedo ou tarde da noite aumenta o risco. Os servidores têm comentado muito o evento mais recente, como comentam qualquer violência sofrida por um colega. É uma certeza de que estamos expostos e sem a devida proteção.

Contraponto – Qual a sensação de um oficial de Justiça quando sai de casa para exercer suas funções?

Márcio Cotta – A sensação é de desamparo. Parece que a Administração ignora o risco da atividade. Temos que lembrar

Algumas vezes a urgência no cumprimento do mandado gera o risco. Tendo tempo, o oficial faz levantamento do local e do ambiente e analisa o melhor momento para cumprir a diligência

isso todos os dias. Por vezes, o oficial se arrisca em uma localidade perigosa, uma área de domínio da criminalidade, por receio de como sua certidão será recebida pelo juiz. Alguns acham que temos a obrigação de

enfrentar os riscos. Almejamos maior apoio da Administração. Lidar com o público, por si só, já é estressante, mas o oficial lida com público muitas vezes sem telefone a sensação de segurança seria maior. Estamos falando de uma situação de confronto com o destinatário da ordem. No Rio há o temor de ser abordado por criminosos e ter o mesmo tratamento que é dado aos policiais, ser agredido somente pela sua profissão. Já é assim. Aconteceu com os colegas na Barra da Tijuca.

enfrentar os riscos. Almejamos maior apoio da Administração. Lidar com o público, por si só, já é estressante, mas o oficial lida com público muitas vezes sem telefone a sensação de segurança seria maior. Estamos falando de uma situação de confronto com o destinatário da ordem. No Rio há o temor de ser abordado por criminosos e ter o mesmo tratamento que é dado aos policiais, ser agredido somente pela sua profissão. Já é assim. Aconteceu com os colegas na Barra da Tijuca.

enfrentar os riscos. Almejamos maior apoio da Administração. Lidar com o público, por si só, já é estressante, mas o oficial lida com público muitas vezes sem telefone a sensação de segurança seria maior. Estamos falando de uma situação de confronto com o destinatário da ordem. No Rio há o temor de ser abordado por criminosos e ter o mesmo tratamento que é dado aos policiais, ser agredido somente pela sua profissão. Já é assim. Aconteceu com os colegas na Barra da Tijuca.

enfrentar os riscos. Almejamos maior apoio da Administração. Lidar com o público, por si só, já é estressante, mas o oficial lida com público muitas vezes sem telefone a sensação de segurança seria maior. Estamos falando de uma situação de confronto com o destinatário da ordem. No Rio há o temor de ser abordado por criminosos e ter o mesmo tratamento que é dado aos policiais, ser agredido somente pela sua profissão. Já é assim. Aconteceu com os colegas na Barra da Tijuca.

Contraponto – Ainda vale à pena ser oficial de Justiça?

Márcio Cotta – Ser oficial de Justiça vale à pena se a pessoa tem aptidão para a atividade. Tem gente que passa no concurso, mas tem muita dificuldade nesse enfrentamento diário com o jurisdicionado. Há também quem se revolte com a falta de apoio da Administração. Representamos a Justiça na rua. Materializamos a ordem do juízo. Se há um desprestígio do oficial, são juízes e Judiciário que perdem força. Se não temos respaldo do juízo, a decisão judicial não será cumprida da forma devida. Com esse cenário há quem sofra muito e aí vem o estresse e as doenças relacionadas a essa insatisfação. É comum termos casos de depressão e síndrome do pânico. No entanto, para outros, lidar com o público, vivenciar o caso concreto e viver a realidade da nossa sociedade é uma experiência de vida única.

Contraponto – O que deveria ser feito para melhorar?

Márcio Cotta – Bom senso na elaboração da Ordem Judicial. Diálogo para que o oficial possa transmitir a sua experiência e construir uma parceria com magistrados e servidores de Cartório. Reconhecimento é importante e queremos ser tratados como colegas, parte da instituição. Ainda somos vistos como servidores a parte pelo pouco contato que temos com os colegas de outros setores. [*Da Redação]

Contraponto – Qual o posicionamento do Núcleo quanto a questão do porte de armas?

Márcio Cotta – O Nojaf não tem posição definida sobre o porte de armas. Precisamos ouvir o segmento. Parece que as opiniões são bem divididas. O Rio de Janeiro tem características diferentes quanto aos riscos que o oficial de Justiça enfrenta. É uma cidade com áreas inacessíveis e uma criminalidade muito bem armada. Alguns se sentiriam mais seguros armados outros acham que o risco seria fatal ao serem abordados de surpresa pelos criminosos.

Contraponto – E o movimento em nível nacional, como tem tratado dessa situação?

Márcio Cotta – Em nível na-

“Não temos administradores no Poder Judiciário”

Prata da Casa

Livro de servidora que trata de gestão será lançado dia 17 de agosto no CCJF

Foto de divulgação

Max Leone*

A preocupação com a qualidade e a eficiência do serviço prestado pelo Poder Judiciário Federal levou a analista judiciária Fernanda Estevão Picorelli, de 44 anos, a mergulhar ainda mais em estudos para que pudesse entender e desenvolver mecanismos que resultassem na excelência do serviço. Segundo Fernanda, o cidadão comum que procura a Justiça para solucionar um problema que o incomoda acaba prejudicado pela morosidade do andamento dos processos. Lotada atualmente na 3ª Vara Federal de São Gonçalo, a analista percebeu que é preciso melhorar o atendimento ao público e que isso pode ser feito por meio da melhoria da administração do Judiciário, atualmente a cargo de juízes e desembargadores. A inquietude da servidora em relação ao assunto resultou no livro “A qualidade da Administração Judiciária e a Governança como Propulsores da Efetividade da Prestação Jurisdicional” que será lançado dia 17 de agosto.

“A cúpula do Judiciário é despreparada para administrar. Eles têm altos conhecimentos jurídicos, mas não possuem uma visão de administração. Para melhorar o atendimento ao cidadão é preciso esse conhecimento também. São juristas que estão nos cargos de administradores. Ou seja, não temos administradores no Poder Judiciário Federal”, afirma Fernanda, que já foi diretora de varas e passou por áreas de supervisão ao longo de 20 anos da carreira. “Isso me fez ter grande conhecimento sobre como administrar o Judiciário. Com a publicação, espero quebrar paradigmas no Judiciário que se fecha em seu próprio conhecimento”.

A analista judiciária ressalta que não quer substituir os juristas dos setores administrativos, até porque existem

barreiras constitucionais. No entanto, defende que eles devem se especializar nesse campo da governança. No livro, a servidora aponta que ela pode ser uma estratégia que admite participação de outras pessoas qualificadas na administração pública por meio de parcerias. “É preciso dar ouvido à sociedade em relação ao serviço que é prestado para ela própria”, explica a autora. “Já vi muito descompasso entre a expectativa da sociedade é o que acaba sendo oferecido como serviço público. Eles [juízes] deixam de gerar energia por não trazer oxigênio da sociedade”.

Para ela, quando o juiz se debruça sobre um processo ele não se preocupa com o tempo que pode levar para proferir uma sentença. Esse demora, no entanto, tem reflexo direto na vida do cidadão que está à espera do resultado e que muitas vezes depende do desfecho. “O direito fundamental para esse cidadão não é apenas ter acesso ao Judiciário, mas também ter uma Justiça eficiente e que responda aos anseios da sociedade, levando em conta o tempo que dura a tramitação de uma ação judicial”, defende a servidora, graduada em Direito, com pós-graduação em Administração, mestre em Direito Público e Evolução Social e que, também, possui curso de MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Na avaliação de Fernanda Picorelli, dar qualidade à administração do Judiciário não é entregar as sentenças em quantidade, referindo-se às metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Mas, sim, que o juiz faça um trabalho de qualidade em tempo hábil. “Na verdade somos nós, os servidores, que carregamos esse ‘piano’. Nós é que temos metas irreais a serem cumpridas. O CNJ tem uma forma imediatista de avaliar e resolver as tarefas. Precisamos planejar, organizar e

executar, mas ouvindo sempre a sociedade”, opina a servidora.

A servidora comenta que o seu trabalho foi submetido a uma banca interdisciplinar composta por professores doutores, sendo dois juristas e um representante da área da Administração Pública, enquanto ciência autônoma, que segundo ela com muita seriedade, dispuseram-se a debater as ideias que lhes foram confiadas. Representando os juristas, o professor Aluisio Gonçalves de Castro Mendes, também desembargador federal, e o professor Rogério José Bento Soares do Nascimento, procurador Regional da República. Como representante da Ciência da Administração, o professor Paulo Roberto de Mendonça Motta, membro do quadro permanente do Programa de Mestrado e Doutorado da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) da FGV.

A autora explica que o estudo apresenta matriz interdisciplinar, com ênfase nas áreas de Direito, Filosofia, Sociologia, Ciência Política e Administração.

Fernanda Picorelli afirma que as fontes de consulta abarcaram as doutrinas brasileira e estrangeira publicadas em livros e revistas, a legislação pertinente, bem como relatórios, estatísticas, publicações jornalísticas e dados informatizados fornecidos por instituições oficiais alusivas à temática. “O estudo do tema apresenta grande relevância para as áreas do Direito e da Administração Pública, considerando que contribuirá para que se repense a política judiciária contemporaneamente adotada e para que essa alcance o seu aperfeiçoamento, com uma praxe adequada ao bem comum. Objetiva-se, também, que seja resgatada pela sociedade a confiança no Judiciário e que a democratização do acesso à Justiça possa ser vivida como verdadeira arena de aquisição de direitos e de animação para



uma cultura cívica, diminuindo a distância entre o ideal e a realidade, entre o dever ser e o ser”, defende a escritora.

Trecho da Apresentação da obra

“A autora tratou com amplitude e profundidade o assunto abordado. Em uma primeira parte, lançou o seu olhar para uma pesquisa ampla na origem e evolução do Estado, nas suas relações com a sociedade e do surgimento do ideal constitucional, prisma sob o qual construiu o seu marco teórico. Em seguida, procurou recolher e sistematizar o papel da Administração Pública no contexto do Estado Democrático de Direito, para que o debate pudesse se colocar de modo transparente, profundo e intenso. Por fim, enfrentou a questão central da administração judiciária, como propulsora da efetividade da prestação jurisdicional, procurando sistematizar a discussão sob o prisma histórico, atual e da perspectiva futura”.

Aluisio Gonçalves de Castro Mendes – Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Trecho do Prefácio do livro

“Atenta à realidade, Fernanda parte do exame dos contornos das transformações do Estado contemporâneo; comprometendo-se com a defesa de um constitucionalismo democrático, segue visitando a administração pública, sob a ótica do Estado Democrático de Direito, para confluir na discussão da “administração judiciária como propulsora da efetividade da prestação jurisdicional”, considerando a complexidade da Justiça brasileira, suas raízes e seu perfil após a reforma que resultou na aprovação da EC 45/2004, sem se furtar ao debate a respeito de alguns caminhos de oxigenação da prestação jurisdicional, tais como o arsenal de procedimentos alternativos de solução de conflitos e as ações coletivas”.

Rogério José Beto Soares do nascimento – Procurador Regional da República. [*Da Redação]

Descoberta de Talentos – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem vela artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br